

# MULHER: DISCURSOS EM TENSÃO

*Anne Gabrielle da Silva Muniz<sup>1</sup>*

*Orientadora: Giovana Cordeiro Campos de Mello*

*Mestranda*

RESUMO: Este artigo aborda parte de uma pesquisa de mestrado, em desenvolvimento, cujo objetivo é pensar a circulação e o funcionamento de discursos da/sobre a mulher. Interessa-nos analisar formulações que buscam definir o que é ser mulher, tais como “a mulher é/não é”, e que prescrevem comportamentos às mulheres, tais como “a mulher tem que/não tem que” e “a mulher deve/não deve”. Para tal, elegemos sequências discursivas pertencentes a um grupo da rede social Facebook e a uma página da mesma plataforma, nos quais circulam dizeres que materializam discursos em tensão. O referencial teórico-metodológico é o da Análise do Discurso francesa (AD) proposta por Michel Pêcheux (1969[1995], 1975, 1984[2011]) e desenvolvida no Brasil por pesquisadoras como Eni Orlandi (2001, 2005, 2010), e Freda Indursky (1997, 2000, 2008). Interessa-nos pensar o funcionamento discursivo e, para tal, mobilizaremos conceitos da AD como *sujeito*, *discurso*, *historicidade*, *interdiscurso* e *heterogeneidade*. Nossos objetivos são discutir como operam os discursos da/sobre a mulher e quais os efeitos de sentido em circulação quando são usados termos como “machista”, “feminista” e “antifeminista”. Em nossas análises, observamos enunciados constituídos na/pela tensão, uma vez que as sequências discursivas em nosso corpus materializam dizeres que: a) reproduzem saberes “machistas” ainda que os sujeitos se enunciem como “feministas”; e b) reproduzem o discurso machista no caso de sujeitos que se enunciam como “contrárias ao Feminismo<sup>2</sup>” (ao que estamos relacionando ao discurso antifeminista), porém, também a partir de um discurso de “liberdade de escolha”, o qual seria, a princípio, marca de um discurso feminista. Nossas análises suscitam, ainda, dois outros questionamentos: i) estaria, de alguma

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense.

<sup>2</sup> Neste trabalho, a palavra “Feminismo” – enquanto movimento – será grafada com letra inicial maiúscula, como forma de resistência, pela identificação política da mestranda com o tema. O mesmo não acontecerá com palavras como antifeminismo, machismo. Os adjetivos “feminista”, “machista” e “antifeminista” serão grafados com letra inicial minúscula em concordância com a Língua Portuguesa.

---

forma, interdito a uma mulher se colocar como ‘machista’ atualmente?; e ii) como opera o processo de repetição/transformação de sentidos no que se refere ao discurso antifeminista, uma vez que o mesmo parece ser constituído no/pelo funcionamento de dois discursos antagônicos entre si: o machista e o feminista?

PALAVRAS-CHAVE: discurso; mulher; tensão

A internet, com seu alcance mundial e sua promessa de integração, tem se mostrado um *locus* de um grande volume de trocas, podendo ser pensada com um gigantesco mecanismo de circulação de sentidos. A partir da internet, temos uma “sociedade em rede” (CASTELLS, 2005), ou seja, uma estrutura social que tem como base as redes operadas por uma tecnologia da comunicação e da informação. Assim, são pertinentes estudos sobre os sentidos (re)produzidos no chamado ciberespaço. Dentre as várias possibilidades da *world wide web* destacamos as redes sociais, fenômeno da/na contemporaneidade por meio do qual seus usuários registram seu dia a dia, além de compartilharem experiências, informações, notícias, textos, etc. Ainda que não seja nosso foco de análise, um ponto a ser destacado é que as “informações”, por assim dizer, são lidas e compartilhadas sob um efeito de verdade, isto é, são tomadas como “verdadeiras” e são imediatamente repassadas por muitas/muitos internautas sem que sejam apuradas, dentre outras, a sua fonte e validade. O maior exemplo disso é o fenômeno chamado de “fake news” e seus desdobramentos. Seja como for, esse espaço cibernético também se figura como um meio no/pelo qual se discutem questões econômicas, políticas e sociais, bem como temas considerados polêmicos, como o Feminismo. Neste artigo, atemo-nos às mulheres de uma rede social específica, o Facebook, e a dois dos recursos de sua plataforma: os grupos e as páginas.

O *corpus* inicial para análise foi constituído por sequências discursivas retiradas de um grupo da rede social Facebook. Esse grupo tem cerca de 45 mil integrantes e se coloca como um espaço seguro para mulheres exercerem a sororidade e o companheirismo entre elas. A sua finalidade, aparentemente, é a de promover a ajuda entre suas participantes, sendo estas, em sua totalidade, mulheres, cisgêneros<sup>3</sup> e transgêneros<sup>4</sup>. Neste trabalho, por uma questão ética, o

---

3 O termo é utilizado para pessoas, nesse caso mulheres, que se identificam com o gênero que foram designadas ao nascer.

4 O termo é utilizado para pessoas, nesse caso mulheres, que não se identificam com o gênero a que foram designadas ao nascer, ou seja, mulheres que foram determinadas como pertencentes ao sexo masculino no nascimento, mas que, em algum momento da vida, identificaram-se como pertencentes ao gênero feminino, podendo passar ou não por terapias hormonais para a transição/redesignação.

---

grupo terá seu nome preservado, assim como o nome de suas participantes, já que se encontra na modalidade “secreto”. A opção das administradoras por um grupo secreto foi motivada, provavelmente, por conta das publicações serem de caráter particular e relatarem situações cotidianas dessas mulheres. Cabe ser colocado que as mesmas, possivelmente, não se exporiam dessa forma fora de um ambiente virtual mais restrito.

Devido ao inerente processo de pesquisa e análise, foi incorporado ao nosso corpus uma publicação da página “Antifeminismo” da mesma plataforma – o Facebook. É válido destacar que, nesse sítio, as páginas referem-se a uma modalidade de interação de membros dessa rede social, nas quais, basicamente, são produzidos conteúdos a serem acessados pelas/pelos internautas, as/os quais, por sua vez, identificam-se com a referida página e interagem por meio de comentários nas publicações. Em nosso trabalho, por uma questão ética, as sequências que tiverem sido retiradas de um domínio em caráter secreto ou restrito a um público específico terão suas autorias mantidas em caráter sigiloso, com o uso de nomes fictícios. Já a sequência que tiver sido postada em domínio público – como no caso da página “Antifeminismo” – terá sua autoria mencionada e reconhecida.

Conforme citado, alguns propósitos norteiam nosso artigo, sendo o primeiro deles o de investigarmos parte do funcionamento discursivo no que se refere aos discursos da/sobre a mulher na contemporaneidade. A partir das análises, ainda em curso, de sequências discursivas recortadas, observamos o funcionamento de discursos que podem ser considerados não apenas como sendo feministas e/ou machistas. Nossa questão é que, nesse jogo discursivo, historicamente em tensão dicotômica – Feminismo X machismo – um terceiro discurso circula: o antifeminista. Como pensar as possíveis relações entre eles? Nosso trabalho busca construir um caminho de resposta.

Do grupo supracitado, recortamos sequências que pertencem a uma publicação formulada, propositalmente, no dia 8 de março de 2017. Ao passo que da página Antifeminismo, a sequência foi retirada de uma publicação feita em 2013. Nosso referencial teórico-metodológico, como já exposto, é o da Análise do Discurso de linha francesa (AD), formulada nos anos 60 pelo filósofo francês Michel Pêcheux e que é desenvolvida no Brasil por pesquisadoras como Orlandi, Indursky, Mariani etc. A AD se articula a partir de três áreas: o materialismo histórico, a linguística e a teoria do discurso; todas atravessadas por uma teoria da subjetividade de caráter psicanalítica.

---

Pêcheux propõe o conceito de sujeito como algo que constitui e é constituído pela sua relação com/na ideologia. O processo de constituição dos sujeitos e seus dizeres opera-se pelo discurso, objeto de estudo central e base da AD. O discurso não é algo estático a ser revelado, não é algo que esteja em um lugar delimitável por completo e à espera de um analista que possa decifrar sua mensagem oculta (PÊCHEUX, [1988] 1995). O discurso é entendido como efeito de sentidos entre sujeitos que são construídos social e historicamente (ORLANDI, 2000, p. 21). Para a AD, o discurso se materializa na superfície linguística, isto é, para observarmos o funcionamento do discurso, precisamos observar a linguagem em funcionamento, o que, por sua vez, significa considerar a historicidade de todo dizer. A historicidade é um conceito importante, pois se diferencia da história entendida como algo que é externo, influenciando os sujeitos e dizeres. Em AD, falamos em historicidade porque a história não funciona como um “pano de fundo”; falamos em relações de sentidos, em processos de constituição do sujeito e seu discurso. Nas palavras de Nunes (2007):

Trabalhar a historicidade implica em observar os processos de constituição dos sentidos e com isso desconstruir as ilusões de clareza e de certeza. Ao mesmo tempo, trabalhar a historicidade na leitura de arquivos leva a realizar percursos inusitados, seguindo-se as pistas linguísticas, traçando percursos que desfazem cronologias estabelecidas, que explicitam a repetição de mecanismos ideológicos em diferentes momentos históricos, que localizam deslocamentos e rupturas. Desse modo, o arquivo não é visto como um conjunto de “dados” objetivos dos quais estaria excluída a espessura histórica, mas como uma materialidade discursiva que traz as marcas da constituição dos sentidos (p. 3-4).

Assim, a AD difere de outras teorias por não considerar uma análise de conteúdo; para a teoria discursiva, os sentidos não estão colados nas palavras.

Para entender o processo discursivo, tomemos o termo “feminazi”, o qual opera a junção de dois termos, “Feminismo” e “Nazismo”. O sujeito, ao produzir tal enunciado, mobiliza em seu dizer os vários possíveis sentidos em circulação sobre o que significa “Feminismo” e “Nazismo”, colocando em relação os sentidos negativos materializados por uma ideologia e conjunto de práticas que, por seu turno, mobilizam sentidos como os de opressão, perseguição, genocídio, antissemitismo, dentre outros – o nazismo –, com os possíveis sentidos de Feminismo. Os efeitos de sentidos postos em circulação associam ao discurso feminista as características de perseguição e o radicalismo do Nazismo, produzindo como evidência tais associações.

---

Para a teoria interessa, então, analisar o discurso e seu funcionamento ideológico, o qual não é evidente, uma vez que a ideologia opera pela dissimulação. Para Pêcheux (1995), a AD é uma:

teoria não-subjetiva da subjetividade que designa os processos de “imposição/dissimulação” que constituem o sujeito, “situando-o” (significando para ele o que ele é) e, ao mesmo tempo, dissimulando para ele essa situação (esse assujeitamento) pela ilusão constitutiva da autonomia do sujeito, de modo que o sujeito “funcione por si mesmo”. (p. 133, aspas do autor)

Assim, os sentidos são construídos a partir do assujeitamento, na figura da interpelação ideológica, a qual não é necessariamente percebida pelo sujeito, o qual acredita ter o controle sobre o que e como diz. Em relação ao sentido, Pêcheux (1995) afirma:

o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição por uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição, e é por esse relacionamento, essa superposição, essa transferência (metaphora) que elementos significantes passam a se confrontar, de modo que se revestem de sentido.

A AD pensa a língua fazendo sentido no mundo, como materialidade do funcionamento discursivo-ideológico. Como propõe Orlandi (2000), “na análise do discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (p. 15). Dessa maneira, o conceito de ideologia é basilar em AD. Pêcheux retoma outro filósofo, Louis Althusser, o qual pensa a ideologia como “a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”, indicando que tanto nas práticas sociais como na linguagem é possível observar a constituição das condições reais de existência nesse processo. Para Althusser, a ideologia interpela o indivíduo em sujeito, e tal interpelação tem caráter social e não individual, como complementa Indursky (1997):

Althusser reivindica uma existência material para a ideologia com base no fato de que a ideologia não é o ato de pensamento de um indivíduo solitário, mas reflete uma *relação social que tem por objeto representações que refletem as relações sociais reais, isto é, as relações práticas que colocam os homens em relação entre si e com a natureza*. Tais relações são *imaginárias* porque tratam de relações sociais e não de ideias e porque representam as relações materiais que se estabelecem entre os homens, não *constituindo* as próprias relações (p. 19).

As condições de produção (doravante CP), isto é, a constituição fundamental entre sujeito e situação, concernem, como a própria designação sugere, as circunstâncias em que um sujeito produz um enunciado, considerando a exterioridade e a historicidade como constituintes de todo o dizer. De acordo com Orlandi (2000), “podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as

---

consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico” (p. 30).

A constituição dos sentidos se dá na e pela filiação – por *identificação*, *contraidentificação* ou *desidentificação* – do sujeito a uma formação discursiva (FD) que o domina. Pela *identificação* (na figura do “bom-sujeito”) “o interdiscurso determina a [FD] com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica, sendo que o sujeito sofre cegamente essa determinação” (PÊCHEUX [1975]1997, p. 215). Já a *contra-identificação* corresponde ao “mau sujeito”, que se “*contra-identifica* com a [FD] que lhe é imposta pelo ‘interdiscurso’ como determinação exterior de sua interioridade subjetiva, o que produz as formas filosóficas e políticas do *discurso-contra*” (p. 215). Por fim, na *desidentificação* há o movimento de ruptura do sujeito com a FD que o domina, gerando o deslocamento do sujeito da enunciação para a identificação com outra FD.

O conceito de FD é tomado de Michel Foucault em seu livro *Arqueologia do saber* e redimensionado por Pêcheux. Segundo Indursky (1997):

uma FD se estabelece a partir de determinadas regularidades do tipo ordem, correlação, funcionamento e transformação. As regras de formação determinam condições de existência, coexistência, modificações e desaparecimento de uma repartição discursiva dada. (p. 31)

Logo, a FD é uma organização de saberes/dizeres e, portanto, matriz de sentidos e, como matriz, tal organização determina “o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX [1975] 1997, p. 160-162). Segundo Orlandi (2005, p. 43), “as formações discursivas podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações”. O termo “relações” é chave, porque todo discurso se relaciona com outros discursos; há diálogo constante entre “dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória” (p. 43).

Para Orlandi (1996), a memória discursiva é constitutiva das condições de produção e de todo dizer. Quando um sujeito formula seu dizer, há discursos em circulação, os quais se materializam em seu dizer a despeito de sua vontade. Trata-se do funcionamento do interdiscurso, o já-dito, que fala antes, “pela história”. Assim:

A memória [...] tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, *ela é tratada como interdiscurso*. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. (ORLANDI, 2000, p. 31, grifos nossos)

---

A nosso ver, a contradição constitutiva é o que faz com que um sujeito identificado com um discurso feminista produza uma formulação como “mulherzinha”, termo que se materializa no fio do discurso no/pelo funcionamento de um discurso outro (e antagônico), o discurso machista. Há o funcionamento de uma memória discursiva no que tange à mulher, o qual faz um sujeito que se diz “feminista” se identificar, a despeito de sua vontade consciente, com um discurso contra o qual objetivava conscientemente lutar. Essa, talvez, seja a questão mais relevante de nosso trabalho: as tensões, que geram a contradição, e desafiam a visão de um sujeito cartesiano, que tudo sabe e controla.

A primeira sequência discursiva escolhida para análise foi retirada da formulação feita por uma das participantes do grupo em caráter sigiloso, que aqui chamaremos de Adália. Vale lembrar que, no Facebook, as publicações são passíveis de comentários, podendo haver, portanto, interação de todas as componentes do grupo. A sequência discursiva 1 (doravante SD1) traz a seguinte formulação de Adália:

SD1: Meninas queria propor as meninas que “são contra o Feminismo” a comentar com educação os motivos que você é contra, e nós que somos ativistas, convido para que com educação, possamos conversar sobre essa nossa luta diária. Assim debateremos esse assunto nesse simbólico dia.

Nessa sequência, temos o texto que mobilizou uma discussão de boa parte do grupo nos dias 8 e 9 de março de 2017. A motivação para essa publicação está discriminada em sua própria formulação, quando a autora da postagem destaca “nesse simbólico dia”, fazendo referência ao Dia Internacional da Mulher, que é comemorado anual e mundialmente em 8 de março. A questão da formulação é cara aos analistas do discurso. O uso do adjetivo “simbólico” não é aleatório, mas histórico; tal uso funciona de modo a discursivizar o dia como relevante, ou seja, não é um dia qualquer – é o dia que marca “a luta das mulheres”.

Cabe lembrar, acerca dessa data, o que coloca Garcia (2015):

A data foi proposta pela alemã Clara Zektin, uma das organizadoras da II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, em Copenhague, Dinamarca, em 1910. Nessa reunião ficou estabelecido que o dia 8 de março seria uma data marcada para as grandes manifestações em toda a Europa, em homenagem às operárias da fábrica de Nova York. Mas foi apenas em 1977, quando mais de 1 milhão de mulheres se reuniram nas ruas, que a data passou a ser reconhecida pela ONU como o dia internacional de luta pelos direitos de igualdade das mulheres. (p. 15)

---

Entendemos que os sentidos deslizaram de luta para comemoração, produzindo um efeito de sentido diferente do proposto por Clara Zektin, segundo a qual nesse dia haveria mobilização em nome das 129 mulheres que morreram na tecelagem norte-americana em 1857. Esse deslizamento ocorre discursivamente quando, no imaginário popular brasileiro, por exemplo, no dia 8 de março se presenteiam mulheres com rosas, reforçando um estereótipo de delicadeza e romantismo que, inclusive, alimenta o (e é alimentado pelo) discurso capitalista, com o incentivo à compra de presentes e lembranças. Na SD1, porém, o uso de “simbólico” materializa um sentido diferente, que produz efeitos mais em consonância com a proposta de Zektin; esse funcionamento é confirmado, inclusive, quando Adália formula “nossa luta diária”, anteposto ao termo “simbólico”, uma vez que um dos sentidos relacionados ao Feminismo é o de luta pelos direitos das mulheres. Pela marcação do pronome possessivo, observamos que tal luta também é do sujeito enunciador, uma vez que se coloca como parte desse coletivo, cuja luta é diária.

Em AD, como lembra Indursky (1997), a partir de Maingueneau:

o sentido, além de linguístico, é social e, por conseguinte, o centro organizador do domínio nocional, além de semântico, também é ideológico, selecionando certos efeitos de sentido relacionados a um termo e excluindo outros, de modo que um mesmo termo pode ocorrer em domínios nocionais ideologicamente diferentes, produzindo efeitos de sentido divergentes, instaurando a *interincompreensão*, que consiste em usar a mesma língua, partilhar o mesmo tema, mas não o mesmo sentido. (p. 26)

Dessa forma, no que se refere ao dia 8 de março, percebemos um funcionamento discursivo que mobiliza, pelo menos, dois sentidos e dois discursos em sua práxis: um organizado pela FD machista, que organiza os sentidos para a data na forma de uma celebração das características ditas femininas, como delicadeza, sensibilidade, romantismo e, assim, sugerem o que é ser mulher; e um outro, organizado por uma FD feminista, que faz circular sentidos de luta, retomando dizeres que materializam uma homenagem às operárias que foram mortas na fábrica de tecidos em Nova York, funcionando como um lembrete de que ser mulher é lutar por seus direitos e, tragicamente, ser morta por isso. Esse “lembrete”, pela AD, sugere o funcionamento de uma memória discursiva. No caso da SD1, funciona a identificação do sujeito com o discurso feminista.

Dando seguimento à análise, a publicação faz uma proposição às integrantes do grupo que são “contra o Feminismo” a comentarem “com educação” os motivos pelos quais têm esse posicionamento. A partir desse trecho da SD1, observamos uma separação entre a o sujeito

---

discursivo da publicação, que é feminista, e as outras meninas, “que são contra o feminismo”. A separação é materializada pela presença das aspas, que sugerem a *heterogeneidade mostrada*<sup>5</sup>, como proposto por Authier-Revuz (1990). Uma de nossas questões é a formulação “que são contra o Feminismo”. Pensando na historicidade de todo dizer, a nosso ver, a expressão materializa um discurso que pode ser considerado como antifeminista, pelo menos nos moldes de como tal termo tem sido definido<sup>6</sup>.

É também interessante o uso do adjunto adverbial de modo em “comentarem com educação”, preconizando, por antecipação, que a exposição dos motivos pelas meninas contrárias ao Feminismo se daria de maneira mal-educada, produzindo, então, no intradiscorso, o efeito de advertência. Ou seja, essas marcações de separação se dão na superfície linguística, mas sugerem, ideologicamente, que esses sujeitos, a autora e “as outras”, estão em formações discursivas distintas e antagônicas, até porque há juízo de valor da autora – como a advertência em antecipação pela exposição “com educação” – em relação às meninas que são contra o Feminismo. Essa advertência parece manifestar-se pelo funcionamento discursivo das discussões na internet, que, normalmente, acontecem de forma acalorada, pela própria formação de um espaço virtual muitas vezes considerado sem lei, sem restrição<sup>7</sup>. Também materializam uma dicotomia, nesse caso Feminismo X antifeminismo. Há que ser considerado o pronome “você”, a ser discutido mais adiante, em oposição ao “nossa”, marcando novamente a separação acima mencionada. O efeito de sentido se configura de forma distinta porque é diferente a maneira como é disposto o termo “com educação” no que tange às feministas, expresso no fio do discurso sob o signo do convite (“convidamos [...] conversar sobre essa nossa luta diária”). Assim, ainda que pareçam dizer o mesmo, uma vez que é usada a “mesma” expressão (“com educação”), os efeitos de sentido não são os mesmos. Primeiramente, pela “escolha” dos verbos que acompanham a expressão: “propor” versus “convidar”, que não produzem os mesmos efeitos de sentido. Em segundo lugar, pela forma que a expressão “com educação” é usada: no

---

<sup>5</sup> Conforme proposto por Authier Revuz (1990), a *heterogeneidade mostrada* é a materialização da diversidade na enunciação e opera a partir “de um lugar para um fragmento de estatuto diferente na linearidade da cadeia” ou “de uma alteridade a que o fragmento remete” (p. 30)

<sup>6</sup> De acordo com o Wikipédia, site que, na contemporaneidade, figura como principal fonte de pesquisas em geral, o antifeminismo é amplamente definido como a oposição a algumas ou todas as formas de Feminismo. Acesso em: 12 de abril de 2018.

<sup>7</sup> A legislação brasileira sobre os parâmetros para crimes digitais é muito recente. Em 2012, a atriz brasileira Carolina Dieckmann sofreu com o vazamento de fotos pessoais contendo nudez após levar seu notebook para assistência técnica. Houve uma mobilização em torno dos crimes virtuais e, devido a essa iniciativa, uma lei que define parâmetros foi batizada com o nome da atriz: “Lei Carolina Dieckmann” (Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei\\_Carolina\\_Dieckmann](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_Carolina_Dieckmann) Acessado em: 04 de abril de 2018).

---

caso das que são “contrárias ao feminismo”, imediatamente após o verbo “comentar”, funcionando como uma ênfase e reforçando a advertência. No caso das “feministas”, por sua vez, grupo com o qual a autora se identifica, a expressão “com educação” comparece intercalada, o que, de algum modo, suaviza o tom, principalmente quando levamos em conta que, nesse caso, as feministas vão “conversar” (e não apenas “comentar”) sobre a luta que compartilham (“nossa luta diária”). De forma resumida, advertência e convite circulam e produzem sentidos de maneira distinta.

O antagonismo e a total separação também se materializam com o uso do pronome pessoal “nós”, em oposição “as meninas” com efeito de “elas”, com caráter bem polarizado, como sempre foi a oposição entre Feminismo X machismo. Aqui, porém, o funcionamento se dá a partir das que são “pró Feminismo” *versus* as que são “contra o Feminismo”. O funcionamento, ainda que opere pelo antagonismo/dicotomia, parecer ser outro. Em outras palavras, o “macho” aparentemente desaparece (ou está dissimulado?) e o antagonismo centra-se no “feminino”. É interessante também observar a mudança que faz Adália, enquanto se reafirma como feminista, transformando “as meninas” em “você”, garantindo um tom prescritivo, pessoal e direcionado a quem é contra o Feminismo, ao passo que se marca identificada como feminista, inclusive porque faz parte de um coletivo presentificado no intradiscurso pelo “nossa luta”; o dia é simbólico para aquelas que lutam, no caso, as feministas, e não para “você”, que é contra Feminismo. A marcação por um pronome que sugere o coletivo – “nossa” – frente a um pronome que sugere individualidade – “você” – movimenta sentidos como um tom acusativo dissimulado por uma ideologia da luta de classes, afinal, é um “grupo” contra “você”.

A sequência seguinte, formulada por Greta, não aparece como resposta direta à publicação original (SD1), mas como resposta ao comentário de outra participante:

SD2: A verdadeira feminista não declara ódio aos homens. Ela luta contra atitudes machistas. E a favor da igualdade. Mulher não precisa mesmo ser ‘mulherzinha’, assim como não precisa ser ‘caminhoneira’. Ela não precisa ser nada que ela não queira. Mas caso ela queira ser ‘mulherzinha’, que seja. O que não pode é ser ‘mulherzinha’ só para agradar a sociedade.

Greta utiliza a formulação “A verdadeira feminista não declara ódio aos homens”, pela qual percebemos a sua identificação plena com um discurso feminista (o bom sujeito a que Pêcheux se refere), tão conhecedor a ponto de afirmar que existe uma feminista “verdadeira”.

---

O uso do adjetivo “verdadeira” sugere que existem “falsas” feministas. Assim, podemos analisar que, se a “verdadeira feminista” não declara ódio aos homens<sup>8</sup>, são as falsas que o fazem. Mas quem seriam as falsas feministas?

Em seguida, o sujeito relata o que a “verdadeira feminista” faz: “luta contra atitudes machistas” e é a “favor da igualdade”. Se partirmos da ideia de que atitudes machistas presumem a condição de superioridade do homem em relação à mulher, esses dizeres se equivalem, parecendo uma ênfase desnecessária. No entanto, Greta sente a necessidade de marcar que, além de lutar contra atitudes machistas, também luta a favor da igualdade. Sendo assim, podemos entender que lutar contra atitudes machistas não garante, necessariamente, a igualdade feminina.

O sujeito ainda acrescenta: “mulher não precisa mesmo ser ‘mulherzinha’, assim como não precisa ser ‘caminhoneira’. Ela não precisa ser nada que ela não queira. Mas caso ela queira ser ‘mulherzinha’, que seja. O que não pode é ser ‘mulherzinha’ só para agradar a sociedade.”. Nesse fragmento, percebemos o funcionamento do interdiscurso no intradiscurso na forma da tensão. Vemos uma relação antagônica que é estabelecida entre os termos “mulherzinha” e “caminhoneira”, em que o primeiro – “mulherzinha” – está ligado ao que é “ser mulher”, e o segundo – “caminhoneira” – ao que uma mulher “não deve ser”. É interessante notar como tais termos se materializam no fio do discurso: pela filiação do sujeito a saberes de uma formação discursiva machista. O termo “mulherzinha” comparece pelo funcionamento do discurso da FD machista, segundo a qual a mulher deve ser feminina, frágil, sensível etc.

O termo “caminhoneira” também se materializa a partir da FD machista, só que para sugerir o que uma mulher não deve ser. Os sentidos que circulam, pelo funcionamento do discurso machista, em torno da profissão “caminhoneira” são atravessados por uma historicidade que sugere a essa atribuição um desempenho masculino, uma vez que se trata de dirigir um veículo – de grande porte – e lidar com cargas, o que, por sua vez, presume o uso da força, do que se toma por virilidade. Essas características são, pelo funcionamento de um discurso machista, vinculadas às pessoas de sexo masculino, estando na ordem do “não pode ser dito” que uma mulher possa ser forte, viril e saiba dirigir bem. Desde crianças, meninos são condicionados a praticar esportes de contato, assistem a desenhos animados com super-heróis,

---

8 Cabe comentar que, atualmente, tem sido usado informalmente o termo “Femismo”, o qual preconiza a supremacia da mulher/ódio aos homens. Entretanto, o termo científico para esse sexismo cuja supremacia é feminina é cunhado como Misandria.

---

em geral, masculinos, cujos poderes sobrenaturais estão ligados à força, à inteligência e à estabilidade, constituindo o que se toma por “masculinidade”. Por outro lado, meninas são condicionadas a brincadeiras as quais objetivam a realização de atividades domésticas, como o cuidado com uma criança, a limpeza da casa etc., de maneira que, junto com a questão da beleza, constituem historicamente o que é tomado como “feminilidade”. Assim, pelo funcionamento do discurso machista, uma mulher não pode dirigir um carro por não ser inteligente, e hábil o suficiente, não pode carregar um caminhão porque não tem a força necessária, e não pode passar dias na estrada porque não tem virilidade suficiente para se proteger e coibir assaltos numa rodovia, portanto, “mulher não pode ser caminhoneira”; ela deve ser “delicada”. Logo, de acordo com um discurso machista, se uma pessoa do sexo feminino é caminhoneira, pela historicidade de todo dizer, acaba por retomar sentidos e corporificar um estereótipo que a aproxima de um homem, apagando que é ser mulher de acordo com esse discurso, já que não corresponde ao ideal de feminilidade.

É interessante salientar que Greta, enquanto se afirma como “verdadeira feminista” – como um sujeito plenamente identificado com um discurso feminista – reproduz dizeres machistas e, ainda que marcada a heterogeneidade pelo uso das aspas, acaba reforçando os mesmos estereótipos sexistas contra os quais acredita se opor. Ou seja, o Feminismo compreende as “mulherzinhas” – as mulheres vaidosas, sensíveis, vulneráveis – e também as “caminhoneiras” – as mulheres masculinizadas, relaxadas e lésbicas. Assim, temos o discurso machista funcionando na forma da dissimulação ideológico-discursiva, inclusive a partir de um discurso de “liberdade”. Não se trata de julgar o comportamento de Greta, mas de alguma forma, perceber a força do discurso machista na atualidade, bem como a tensão constitutiva dos dizeres e dos sujeitos. Além disso, há a questão do controle do dizer: é uma ilusão. Isso não significa, porém, que devemos deixar de efetuar lutas, ou de defender posturas, mas de entender como é complexo o processo de constituição dos dizeres e dos sujeitos.

A SD3 foi retirada da já referida página no Facebook, chamada “Antifeminismo”, a qual publicou, no dia 16 de setembro de 2013, a seguinte formulação:

SD3: Mulheres bonitas + bem resolvidas = anti feministas  
Mulher feia e mal comida = feminista

Uma página do Facebook produz conteúdos relativos ao seu tema, previamente anunciado pelo nome da página. Nesse caso, o nome da página é “Antifeminismo”, logo, supomos que o conteúdo produzido é contrário ao Feminismo. É interessante destacar que essa

formulação é acompanhada de uma imagem (a seguir, IMAGEM 1) com 6 mulheres com cabelos arrumados e maquiadas enquanto seguram cartazes com dizeres que se opõem ao Feminismo (“Não preciso do seu Feminismo”, “Você é FEMINAZI porque é sua única forma de chamar a atenção!”, “Designação de Feminismo: mulher do suvaco cabeludo...” etc.).



Imagem 1: Retirada da página Antifeminismo da rede social Facebook

A SD3 propõe que mulheres bonitas, isto é, mulheres vaidosas e correspondentes ao ideal de beleza, são “antifeministas”. Em contraponto, temos a expressão “mulher feia” associada ao termo “feminista”, ou seja, uma mulher “bela” não poderia ser feminista. Essa circulação de sentidos ocorre de forma antagônica aos dizeres de um discurso feminista. Até aqui, faz sentido, pois o nome da página é “Antifeminismo”. Entretanto, a partir das análises anteriores, defendemos que as formulações da SD3 constituem-se também a partir de saberes de uma FD machista: o que uma mulher deve ser: “bonita” e “bem resolvida”; e o que uma mulher não deve ser: “feia” e “mal comida”. Tal oposição entre “mulher bonita” e “mulher feia” funciona pela historicidade do patriarcado<sup>9</sup>, do androcentrismo<sup>10</sup> e do sexismo<sup>11</sup>, colocando a

<sup>9</sup> Para Reguant (1996, p. 20 apud Garcia, 2015, p. 15 e 16), o patriarcado pode ser definido como: forma de organização política, econômica, religiosa, social baseada na ideia de autoridade e liderança do homem, no qual se dá o predomínio dos homens sobre as mulheres; do marido sobre as esposas, do pai sobre a mãe, dos velhos sobre os jovens, e da linhagem paterna sobre a materna. O patriarcado surgiu na tomada de poder histórico por parte dos homens que se apropriaram da sexualidade e reprodução das mulheres e seus produtos: os filhos, criando ao mesmo tempo uma ordem simbólica por meio dos mitos e da religião que o perpetuam como única estrutura possível.

<sup>10</sup> Para Garcia (2015, p.15): o mundo se define em masculino e ao homem é atribuída a representação da humanidade. Isto é o androcentrismo: considerar o homem como medida de todas as coisas.

<sup>11</sup> Segundo Garcia (2015, p.18), o sexismo se define como o conjunto de todos e cada um dos métodos empregados no seio do patriarcado para manter em situação de inferioridade, subordinação e exploração o sexo dominado: o feminino.

---

mulher como algo que deve passar pela aprovação dos e ser agradável aos homens – daí poder ser “bem comida”, afinal, a “mulher bonita” não precisará ser feminista porque será aprovada/escolhida por um homem. Isso constitui o sentido de “bem resolvida”: “bem resolvida” = “bem amada/aceita/comida” por um homem. Já a “mulher feia” será feminista porque nenhum homem a aprovou. Assim, ela irá se “frustrar”, e se voltará contra os homens porque não foi escolhida (“mal amada/aceita/comida”). O uso do termo “mal comida” para se referir às feministas retoma saberes em torno da sexualidade feminina, cuja mulher, historicamente, está à disposição das vontades e dos desejos sexuais do homem. Portanto, se ela não é bonita o bastante para que um homem desfrute de seu corpo, não será “bem resolvida” como as antifeministas e, pelo malogro, tornar-se-á feminista e odiará os homens.

A separação entre um coletivo e um singular também se materializa na formulação da página Antifeminismo, mas, diferentemente da SD1, o coletivo é marcado no termo “mulheres bonitas”; ou seja, quanto às antifeministas, ao passo que o singular é usado para se referir às feministas (em SD3 tomadas como a “mulher feia”). Podemos analisar que há um funcionamento discursivo que materializa as mulheres antifeministas como maioria, enquanto as mulheres feministas são significadas como um caso isolado, ou seja, o efeito de sentido para as feministas é de um desvio à regra, um erro de percurso, uma falha de sistema ou um produto com defeito. Assim, a nosso ver, a relação de oposição e enfrentamento entre grupos em SD3 reafirma a oposição entre Feminismo e machismo, pois o ser “anti feminista” é definido em termos dos saberes de uma FD machista – beleza tradicional – ainda que os termos “machismo” ou “machista” não estejam presentes na superfície linguística. Daí a pertinência de estudos como este, os quais buscam entender por que é hoje tão comum mulheres se colocarem como antifeministas (ou contrárias ao Feminismo), mas não se colocarem como machistas, ainda que o discurso machista se materialize em seus dizeres.

A partir dessas análises, observamos que há tensão na circulação e no funcionamento dos discursos da/sobre a mulher. Em outras palavras, há uma disputa de sentidos pelas definições acerca do que a mulher é/a mulher não é e do que a mulher deve/a mulher não deve, a partir da circulação imbricada dos discursos feminista, machista e antifeminista.

---

## REFERÊNCIAS

CASTELLS, M. A. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In: CASTELLS, M.; CARDOSO, G. **A Sociedade em rede**, do conhecimento à acção política. Lisboa: I, prensa Macional; Casa da Moeda, 2005.

GARCIA, C. C. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2015.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997, p. 15 a 49.

\_\_\_\_\_. A fragmentação do sujeito em análise do discurso. In: F. Indursky, M. C. Campos (orgs.). **Discurso, memória, identidade**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 2000, p. 70 a 81.

\_\_\_\_\_. Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela?. In: M. C. L. Ferreira, F. Indursky (orgs.). **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Clara Luz, 2007, p. 163 a 172.

NUNES, J. H. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. In: M. C. L. Ferreira, F. Indursky (orgs.). **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Clara Luz, 2007, p. 373 a 380.

ORLANDI, E. P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **Formas de Conhecimento, Informação e Políticas Públicas**. In: *Animus*. Santa Maria: UFSM, v.9, n. 17, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/2373/2458>. Acesso em: 14 de abril de 2018.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Puccinelli Orlandi [et al.]. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

\_\_\_\_\_. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução a obra de Michel Pêcheux / organizadores: Françoise Gadet; Tony Hak, tradutores Bethania S. Mariani [et al.]. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

Créditos da IMAGEM 1 Disponível em: <https://www.facebook.com/164698207019124/photos/a.164724813683130/228469180642026/?type=3&theater>. Acesso em 06 de fevereiro de 2018.